

Produção e consumo sustentáveis

—
*Novo acordo
pela natureza
e para as pessoas*

Prefeitura de Belo Horizonte



2020 UN BIODIVERSITY CONFERENCE
COP15 - CP/MOP10-NP/MOP4
Ecological Civilization-Building a Shared Future for All Life on Earth
KUNMING · CHINA



Novo acordo pela natureza e para as pessoas

A campanha global **Novo Acordo pela Natureza e para as Pessoas**, lançada pelo WWF-Brasil, é um movimento que reúne diversos atores, como setor privado, sociedade civil, populações tradicionais, pesquisadores e governos subnacionais, e que reforça o novo marco pós 2020 da biodiversidade como fundamental para reverter a perda da diversidade biológica e para a garantia de bem estar e de uma vida saudável a todos. Para tornar isso realidade, espera-se que o novo acordo a ser firmado pelas partes no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) seja tão ambicioso quanto o Acordo de Paris o foi dos governos subnacionais para a emergência climática em 2015.

Neste contexto, ICLEI América do Sul e WWF-Brasil buscam mobilizar e sensibilizar estados e municípios brasileiros na caminhada rumo à COP15 da Convenção da Diversidade Biológica das Nações Unidas, sistematizando contribuições e desafios nacionais a partir de temáticas chave.

Introdução

Os sistemas alimentares são uma das principais ameaças à perda da biodiversidade. Nos últimos 50 anos, a transformação de áreas naturais em áreas agricultáveis de uso intensivo implicou em alterações significativas no funcionamento dos ambientes naturais, resultando na perda de habitats naturais e na redução da biodiversidade global.

Os sistemas alimentares são também **um dos principais motores da mudança climática**, sendo responsáveis por cerca de 30% das emissões produzidas pelo homem.

Ao mesmo tempo, a produção de alimentos depende necessariamente de condições climáticas favoráveis e estáveis, ou minimamente previsíveis, disponibilidade hídrica, solos férteis (todos fatores negativamente impactados pela mudança climática) e também da biodiversidade preservada - tanto para configurar sistemas mais resilientes e produtivos, quanto para diminuir a dependência de algumas poucas espécies, aumentar a variedade de nutrientes e incentivar a soberania alimentar dos territórios.

COBENEFÍCIOS DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO SUSTENTÁVEIS

- » Segurança e soberania alimentar e nutricional
- » Manutenção dos serviços ecológicos
- » Manutenção da qualidade e quantidade de água
- » Valorização de modos de produção ancestrais e tradicionais
- » Acesso a alimentos orgânicos e agroecológicos
- » Diversidade de alimentos disponíveis para consumo
- » Resiliência à emergência climática
- » Melhora na saúde da população, com efeito indireto na redução de gastos na saúde pública
- » Estímulo à Economia Circular e geração de empregos verdes (circuitos curtos de comercialização)



Contexto

Segundo relatório da **FAO** (agência da ONU para a alimentação e a agricultura), a redução da biodiversidade faz com que plantas e animais sejam mais vulneráveis a pragas e a doenças, devido à alteração dos ambientes naturais e a consequente redução do número de espécies que atuam como controles biológicos naturais. O sistema de produção de alimentos também sofre com a perda da biodiversidade alimentar, fator de risco à segurança alimentar e nutricional das atuais e futuras gerações.

O avanço dos números de insegurança alimentar e da fome no Brasil e no mundo, assim como o aumento na intensidade e frequência de eventos climáticos que ameaçam a produção de alimentos, faz necessária a adoção de ações imediatas e que os governos promovam, o quanto antes, a transição de sistemas alimentares lineares para sistemas sustentáveis e circulares.

Um dos principais compromissos nesse sentido é o Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão (MUFP, na sigla em inglês), ou **Pacto de Milão**, criado em 2015 e que hoje conta com a assinatura de mais de 210 cidades de 49 países, com a finalidade de ser um instrumento de compro-

metimento político, conjugado a um plano de trabalho, rumo a sistemas alimentares urbanos sustentáveis e resilientes.

Para concretizar este avanço, é necessário uma abordagem sustentável e integrada de gestão de paisagens, que permita manter o desenvolvimento do setor agropecuário e reduzir a degradação dos ecossistemas, garantindo a restauração dos biomas e a adoção de sistemas produtivos de baixo carbono, resilientes e adaptados aos impactos da emergência climática.

A expectativa para a realização da COP15 é que o compromisso a ser firmado entre os países seja ainda mais ambicioso, para ampliar a conservação da biodiversidade no mundo.

O **Novo Marco Global da Biodiversidade** propõe objetivos e metas para 2030 e 2050, que incluem conservação, resiliência, restauração e integridade de ecossistemas, impedindo a perda de ecossistemas naturais e restaurando-os para garantir um ganho líquido de ambientes raros e ameaçados, condições e resultados de diversidade biológica.



Três metas em específico têm incidência em produção e consumo sustentáveis:

Meta 10

Garantir que todas as áreas agrícolas, aquícolas e florestais sejam manejadas de forma sustentável, em particular por meio da conservação e uso sustentável da biodiversidade, aumentando a produtividade e resiliência desses sistemas de produção.



Meta 15

Todas as empresas (públicas e privadas, grandes, médias e pequenas) avaliam e relatam suas dependências e impactos sobre a biodiversidade, de local a global, e reduzem progressivamente os impactos negativos, pelo menos pela metade, aumentando os impactos positivos, reduzindo os riscos aos negócios relativos à perda de biodiversidade, caminhando rumo à plena adoção de práticas sustentáveis de extração e produção, abastecimento e cadeias de abastecimento, uso e descarte.

Meta 16

Garantir que as pessoas sejam encorajadas e capacitadas a fazer escolhas responsáveis e tenham acesso a informações e alternativas relevantes, levando em consideração as preferências culturais, para reduzir pelo menos pela metade o desperdício e, quando relevante, o consumo excessivo de alimentos e outros materiais.*

*Metas referentes ao *draft* 1 do novo marco, sujeitas a alterações.

ODS relacionados (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)



A produção de sistemas alimentares circulares contribui para o alcance da maior parte dos ODS, destacamos os mais diretamente relacionados:

#RumoaCOP15deBiodiversidade





72%

das emissões, seja direta ou indiretamente vem da agropecuária com a parcela das emissões dos demais setores relacionados a atividade rural.

77%

dos estabelecimentos foram classificados como de Agricultura Familiar no Censo Agropecuário de 2017, do IBGE

23%

do valor da produção agropecuária do país e também da área total dos estabelecimentos

10,1 mi

trabalhavam na agricultura familiar, o equivalente a 67% da mão de obra dos estabelecimentos agropecuários.

Brasil

A publicação ***“Mudança Climática e Vulnerabilidades Setoriais à Mudança do Clima no Brasil”*** - lançada em 2016 pelo MCTI (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações) enquanto resultado de estudos elaborados por pesquisadores da Rede Clima, em parceria com o INPE e o Cemaden - já demonstrava que a destruição da vegetação nativa e a emergência climática têm grande potencial para prejudicar o agronegócio no Brasil devido à deficiência hídrica decorrente, variações de temperatura, eventos extremos, diminuição da fertilidade animal, suscetibilidade de cultivos a doenças e deficiência de polinizadores.

O ***relatório sobre as emissões de Gases de Efeito Estufa*** (GEE) no Brasil, publicado pelo SEEG (Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa), demonstra que, somando-se as emissões da agropecuária com a parcela das emissões dos demais setores relacionada ao setor agro, a atividade rural – seja direta ou indiretamente – respondeu por 72% das emissões.

Publicação do WRI Brasil aponta o potencial de resiliência e de adaptação à mudança climática dos principais sistemas de produção e de restauração preconizados pelo Plano ABC e pelo Planaveg (***Plano Nacional de Recupe-***

ração da Vegetação Nativa), destacando a necessidade de aumentar significativamente o investimento e a adoção das modalidades indicadas nos dois instrumentos - que potencializam adaptação da agropecuária, garantem conservação da biodiversidade, protegem polinizadores, mantêm oferta e qualidade da água, atenuam extremos climáticos, sequestram carbono e proporcionam diversidade de produção e renda para o produtor rural.

A agricultura familiar tem números expressivos no país - cerca de 77% dos estabelecimentos foram classificados como de Agricultura Familiar no Censo Agropecuário de 2017, do IBGE, sendo responsável por 23% do valor da produção agropecuária do país e ocupando 23% da área total dos estabelecimentos. Segundo o Censo de 2017, trabalhavam na agricultura familiar cerca de 10,1 milhões de pessoas, o equivalente a 67% da mão de obra dos estabelecimentos agropecuários.

Ao mesmo tempo, as populações dependentes da agricultura familiar ou de subsistência são altamente vulneráveis à mudança climática, afetando não apenas a segurança e soberania alimentar do país quanto o modo de vida dessas populações.

Estados e municípios

O papel dos governos estaduais e municipais, por meio da implementação de programas e políticas de fomento e incentivo à produção e consumo sustentáveis e na conservação da biodiversidade, deve ser cada vez mais reconhecido.



mapeou mais de 700 iniciativas entre políticas públicas, programas e legislações em 521 municípios do país.



CITYFOOD NETWORK

Os governos locais podem assumir o firme compromisso de contribuir para mudar os padrões de produção e consumo, garantir segurança alimentar, gerar renda e executar um papel educativo, com abordagens inovadoras na conformação de redes e na valorização de práticas agroecológicas sustentáveis nos territórios.

Está crescendo o número de governos subnacionais que implementam legislações e programas de apoio como incentivo à agricultura familiar, ao consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos, abertura de novos mercados com a criação de circuitos e feiras, promoção de campanhas educativas e uso do poder de compra para movimentar a economia e gerar renda para esses produtores.

Estados brasileiros já possuem políticas de apoio e fomento à agroecologia. O governo de São

Paulo instituiu sua **Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica** no mesmo ano em que o fez o **estado do Amazonas**. O estado do Rio Grande do Sul **avançou nesta direção** em 2014. O Rio de Janeiro sancionou **legislação semelhante** em 2019. E Pernambuco aprovou também **legislação** no início de 2021.

A ANA (Associação Nacional de Agroecologia) mapeou mais de 700 iniciativas entre políticas públicas, programas e legislações em 521 municípios do país. Dentre elas se destacam iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia, com vistas à promoção da segurança alimentar e nutricional, dentre elas: feiras e circuitos de comercialização, compras públicas, assistência técnica e extensão rural, fomento à produção, alimentação escolar, apoio a grupos coletivos, extrativismo, reconhecimento e proteção a territórios de povos e comunidades tradicionais.

Iniciativa gerida pelo ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade e pela Fundação RUAF – Parcerias Globais para Agricultura Urbana e Sistemas Alimentares Sustentáveis, que visa aprofundar e promover a cooperação entre as cidades participantes, o desenvolvimento de ações de capacitações dos governos locais e a produção de conhecimento e posicionamento conjunto das cidades para a promoção de sistemas alimentares urbano-regionais sustentáveis e resilientes.

Como avançar

Diagnosticar



Compreender modos de produção no território, áreas prioritárias de conservação, práticas de cultivo e produção existentes.

Compreender os padrões de consumo do município/estado.

Identificar e mapear atores que trabalham com a agricultura familiar e a agroecologia no território.

Identificar legislações e mecanismos municipais, estaduais e federais de fomento e apoio à agroecologia, agricultura urbana, pecuária e estímulo à comercialização de alimentos produzidos localmente que possam ser mobilizados na estruturação de uma política pública para o território.

Planejar



Buscar referências de boas práticas e iniciativas de sucesso.

Desenhar estratégias para incentivar, desenvolver e fomentar a produção agropecuária sustentável e seu consumo no território: compras públicas, alimentação escolar, campanhas educativas e valorização da agrobiodiversidade.

Projetar uma estrutura de governança colaborativa para sistemas alimentares circulares.

Levar em consideração os benefícios para a biodiversidade, a segurança alimentar e nutricional, como também a produção de baixo carbono, evitando logística e transporte de longas distâncias.

Desenvolver um plano de implementação com metas específicas definidas (por exemplo, reduzir o desperdício de alimentos pós-consumo em 50%).

Levantar necessidades técnicas, de insumos, formação, possibilidades mercadológicas e demanda possível de compras públicas.

Implementar



Implementar estratégias em forma de planos ou programas municipais de fomento à agrobiodiversidade e de segurança alimentar.

Incluir as estratégias no Plano Diretor Estratégico da cidade e buscar mecanismos de incentivo para uso do solo em produção alimentar sustentável.

Promover assistência técnica e extensão rural para sanar as dificuldades produtivas dos agricultores e agricultoras, bem como conceder insumos e qualificações necessárias para garantir a produção.

Mobilizar as compras públicas como possível demanda inicial para garantir o escoamento de parte da produção. Buscar a implementação de circuitos públicos de comercialização.

IMPORTANTE

Essa fase é a mais determinante. A implantação de políticas de segurança alimentar requerem por lei a promoção de processos de consulta à população e aos atores envolvidos. É importante calcular bem e fazer com que o cronograma de implantação esteja de acordo com o calendário eleitoral para que os atuais governos possam estabelecer planos, projetos, ações, orçamentos e leis que garantam que a cidade/estado começará a ação o mais rápido possível e que os processos estejam bem estruturados, de modo a comprometer as próximas gestões a continuarem as ações.

Como avançar

Engajar



Promover o engajamento dos atores mapeados na fase de diagnóstico no desenho e na execução das estratégias para que a iniciativa tenha legitimidade e perenidade nos territórios.

Criar mecanismos de gestão compartilhada, envolvendo os atores do campo, organizações da sociedade civil, iniciativa privada, academia e governo no processo de implementação das estratégias.

Envolver jovens e mulheres, demonstrando a forte presença feminina nos processos transformadores em campo e buscando oportunidades que incentivem os jovens a se manterem na terra.

Conscientizar que a alimentação é também um ato cultural e comportamental. Para mudar hábitos, será preciso promover ações que incentivem a criação de novos comportamentos, mostrando o lado criativo e de novos sabores que a alimentação saudável pode trazer.

Monitorar e Reportar



Estabelecer metas claras e indicadores a partir do planejamento e desenho das estratégias implementadas, de modo a acompanhar, medir e aprimorar a performance na adoção de sistemas alimentares mais saudáveis para as pessoas e para o território.

Aderir aos compromissos globais, como o Pacto de Milão, e divulgar as ações bem sucedidas do território.

Observar a convergência com as agendas da emergência climática, da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos pode ampliar recursos e contribuir para o cumprimento das metas internacionais relacionadas à biodiversidade e baixo carbono.

Escalar e consolidar

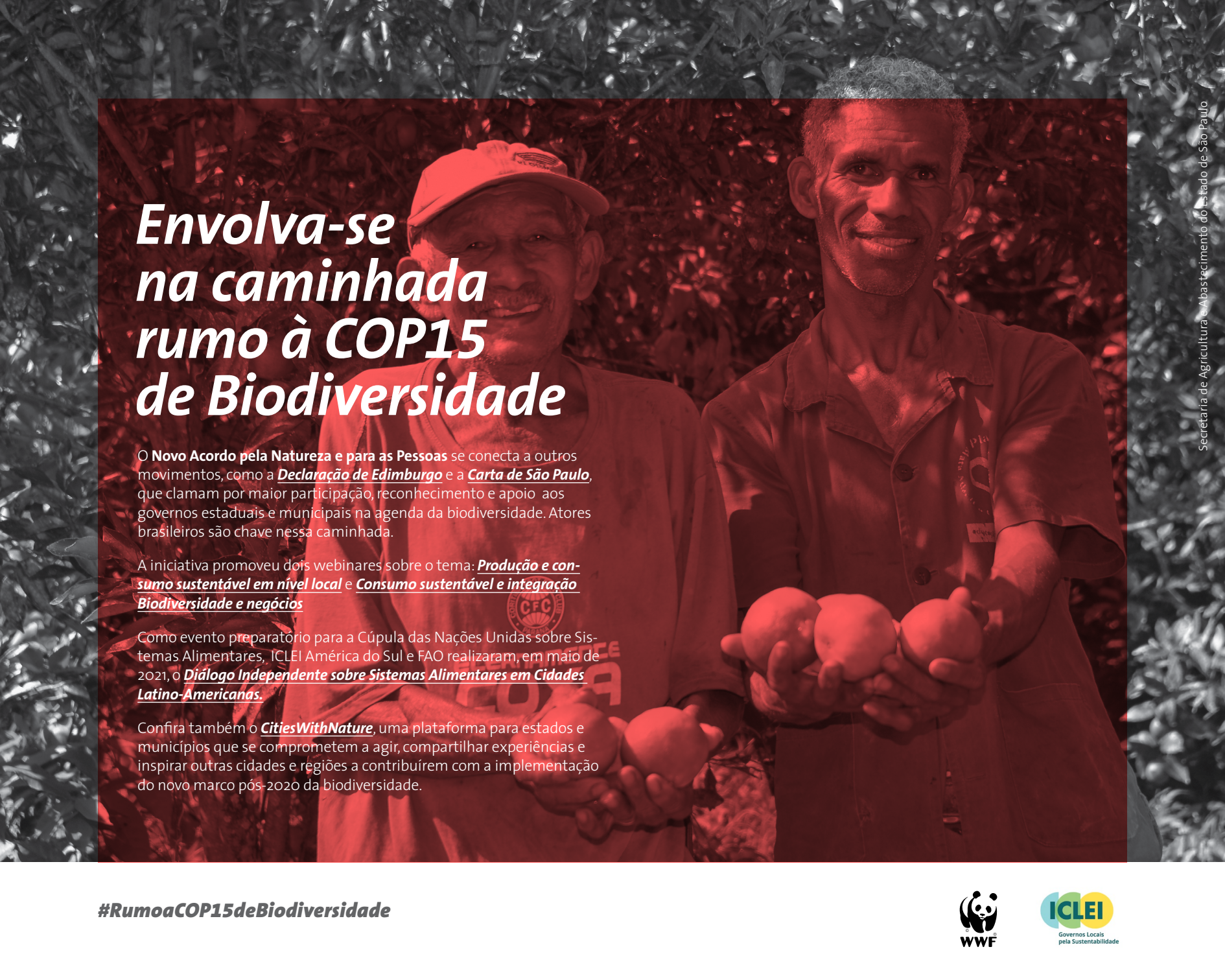


A partir da observação dos resultados e das adequações no processo, as iniciativas podem ser escaladas, ganhando amplitude e velocidade em acordo com as peculiaridades do território.

Os insumos provenientes do monitoramento podem ajudar a refinar bases de dados, definir tipologias de produção que melhor se encaixam em cada território, além de melhorar a mobilização e o engajamento dos atores.

A promoção de campanhas junto à população, valorizando quem produz a comida que é consumida e demonstrando como esses alimentos são saudáveis para as pessoas e para o ambiente, é também fator importante de estímulo ao consumo.

Incentivar atuação coletiva entre os agricultores, em forma de cooperativas ou outros arranjos produtivos que facilitem a logística e abertura de mercados pensando em volume de produção, além de garantir, no longo prazo, autonomia e estabilidade maiores, por meio da articulação entre as partes interessadas.

A photograph of two men standing in a field of tall grass. The man on the left is wearing a cap and a t-shirt with a logo. The man on the right is wearing a button-down shirt. Both are holding lemons in their hands. The image has a red overlay.

Envolva-se na caminhada rumo à COP15 de Biodiversidade

O **Novo Acordo pela Natureza e para as Pessoas** se conecta a outros movimentos, como a **Declaração de Edimburgo** e a **Carta de São Paulo**, que clamam por maior participação, reconhecimento e apoio aos governos estaduais e municipais na agenda da biodiversidade. Atores brasileiros são chave nessa caminhada.

A iniciativa promoveu dois webinars sobre o tema: **Produção e consumo sustentável em nível local** e **Consumo sustentável e integração Biodiversidade e negócios**

Como evento preparatório para a Cúpula das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares, ICLEI América do Sul e FAO realizaram, em maio de 2021, o **Diálogo Independente sobre Sistemas Alimentares em Cidades Latino-Americanas**.

Confira também o **CitiesWithNature**, uma plataforma para estados e municípios que se comprometem a agir, compartilhar experiências e inspirar outras cidades e regiões a contribuírem com a implementação do novo marco pós-2020 da biodiversidade.